

A importância da disciplina de Língua Portuguesa no ensino superior

Simone Cristina Bonatto¹

Resumo

Neste artigo, discute-se a implantação da educação no Brasil, em especial a disciplina de Língua Portuguesa, constituída em 1549, com a chegada dos primeiros educadores, os jesuítas, até os dias atuais. Pretende-se, abordar principalmente, os momentos em que o ensino superior se manifesta nas cabeças pensantes do país e os meandros percorridos ao longo de sua história. Os avanços e recuos da educação brasileira sempre foram frutos das políticas e dos interesses das classes governamentais. A sociedade, nesse contexto, se coloca apenas como receptora de um ensino forjado para satisfazer a vontade das classes dominantes. Não obstante, o ensino superior, com todas as deficiências existentes, ainda se apresenta como propulsor para o desenvolvimento do Estado. A língua, instrumento de comunicação por excelência, é um modo de ser e um modo de estar, o que assume papel de relevância na dimensão política e econômica de um povo. Ultrapassada a época da dominação colonial, representa uma garantia fundamental de identidade. Daí o fato de serem abordadas teorias sobre a importância desta disciplina no âmbito do ensino superior, além da atuação essencial do docente com “as letras”, uma vez que se percebe a admissão de vários acadêmicos com limitações em relação a utilização adequada da Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Ensino Superior. Ensino-aprendizagem.

1 Introdução

Nesta pesquisa, objetivamos refletir sobre a política de ensino de Língua Portuguesa no âmbito superior, através da análise dos pressupostos teóricos de vários estudiosos, dentre os estudos mais relevantes realizados sobre o assunto, podemos citar Travaglia (2000), Geraldi (1997), Soares (1986) e Saussure (1969).

Críticos discutem as motivações ideológicas propulsoras do estabelecimento de metas para o ensino de Língua, nos diversos momentos históricos. Contudo, questões de natureza essencialmente empírica continuam a povoar nosso imaginário sobre o que seria ensinar Língua Portuguesa nos dias de hoje.

É perceptível que as práticas de leitura, escrita, e aspectos gramaticais desenvolvidas ainda hoje continuam muito próximas daquelas preconizadas nos

¹ Licenciada em Letras/Espanhol. Especialização em Metodologia e Didático no Ensino Superior. Professora da Educação Básica e tutora do curso Técnico em Informática para Internet pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Mestranda em Mestrado Acadêmico em Letras UNIR.

primórdios da ciência linguística. Impõem-se, portanto, a constatação de que a incorporação das concepções de Língua/linguagem ao ato de ensinar caracteriza-se por uma notável lentidão, visível através das dificuldades apresentadas pelos acadêmicos.

Desta maneira, observa-se que a Língua Portuguesa é considerada como base para a formação de todos acadêmicos, independente da sua área de atuação, o que é imprescindível é que esta disciplina seja trabalhada com bastante afinco, uma vez que irá desenvolver habilidades essenciais como a escrita e a leitura, contribuindo para o seu desempenho profissional.

Faz-se necessário ainda, a reflexão sobre uma política de ensino de língua que pressupõe uma clara concepção sobre o modo de ser do objeto em estudo, ou seja, reconhecer a língua em toda sua multiplicidade. Essa natureza heterogênea e multifacetada da língua relaciona-se à concepção de homem enquanto ser social, que se articula em uma estrutura igualmente complexa da sociedade, associado a fatores ideológicos, políticos, econômicos e culturais.

O artigo estrutura-se em quatro seções, sendo que a primeira seção apresenta o panorama histórico do ensino da língua, já a segunda aborda as concepções de linguagem e a sua aplicabilidade, na seção seguinte tem-se respectivamente o estudo sobre o ensino superior, além de salientar a relevância da Língua Portuguesa, e finalmente na última seção, dedica-se ao resultado da pesquisa.

Com base nestas constatações é que se justifica o presente estudo como um alicerce na formação do educando, além de identificar as dificuldades apresentadas pelos acadêmicos referentes à aprendizagem desta disciplina, apontar alternativas para verificar o desempenho dos mesmos, e contribuir para a ampliação das reflexões acerca da política de ensino de língua nos cursos de licenciatura de ensino superior e sua realização na prática escolar.

2 O ensino de língua portuguesa: contexto histórico e situação atual

Compreender os caminhos que percorreu o ensino também é buscar a compreensão de que tipo de país queremos e que tipo de país as elites dirigentes forjaram. *A priori*, educação é um aspecto da vida. Porém um exame mais apurado nos

demonstrará que educação é a própria vida do homem em sociedade. Conforme Aranha (1996, p. 16): “definir qual a educação que queremos é definir conjuntamente qual tipo de *homem* queremos formar e por extensão, que tipo de sociedade gostaríamos de ter.”

Como afirma Borges (2005), a educação continua fazendo parte do discurso de toda a classe política enquanto prioridade, embora o que se verifica na prática é a deteriorização cada vez maior deste que deveria ser um dos serviços essenciais mais importantes prestados pelo Estado. Tal abordagem é adequada dada a importância da escola enquanto espaço de luta política.

A educação tem valor imprescindível na vida do ser humano, além de ser ressaltada como um direito de todos, ela é considerada requisito essencial numa sociedade tão exigente e em contínua transformação como a dos dias atuais. Nesse contexto, as pessoas precisam ter uma boa qualificação profissional, o que requer o desenvolvimento de habilidades comunicativas, com destaque assim, à Língua Portuguesa.

A Língua Portuguesa, esse rico patrimônio do nosso povo, constituído pela literatura oral tradicional, se perpetua e renova. Reconhecido pela sua identidade cultural serve de veículo a manifestações culturais cuja diversidade e riqueza são indissociáveis dos percursos históricos dos diferentes povos que falam o Língua Portuguesa.

O ilustre francês Teyssier (1959), ao tratar do problema da periodicidade, assim se expressa:

É possível determinar, na história da Língua Portuguesa do século XIV até aos dias atuais, períodos que permitam esclarecer-lhes satisfatoriamente a evolução? Não é fácil a resposta. Alguns estudiosos distinguem na evolução do Língua Portuguesa dois grandes períodos: o “arcaico”, que vai até Camões (século XVI), e o “moderno”, que começa com ele. Outros baseiam a sua periodização nas divisões tradicionais da história – Idade Média, Renascimento, Tempos Modernos -, ou nas “escolas literárias, ou simplesmente nos séculos... Trata-se, em verdade, de um problema muito complexo. Contentar-nos-emos em isolar, na evolução histórica, vários eixos que permitam ordenar, esclarecer e melhor compreender os fenômenos lingüísticos (TEYSSIER, 1959, p. 35-36).

Na tentativa de aprofundar esta questão e procurar estabelecer certa ordenação dos fenômenos arrolados, trazemos à consideração a proposta de nova periodização nas fases históricas da Língua Portuguesa. Informações que nos dão, de forma bastante precisa, uma ideia do estado da Língua em diversos dos seus momentos históricos.

2.1 Do descobrimento a era Pombalina

O marco pioneiro da educação institucional no Brasil segundo Ghiraldelli (2001), só ocorreu quase cinquenta anos após o Descobrimento. O Brasil ficou sob o regime de Capitânicas Hereditárias de 1532 até 1549, quando então D. João III criou o Governo Geral e, na primeira administração deste, com Tomé de Souza, aportaram aqui o Padre Manoel de Nóbrega e dois outros jesuítas que iniciaram a instrução e a catequese dos indígenas. Mais tarde, outros jesuítas vieram ajudar e complementar os esforços de Nóbrega.

De acordo com França (2008) de 1549 com a chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil, até os dias atuais, a educação no Brasil marcou as relações da sociedade com o Estado, que se estabeleceram de forma fragmentada: o ensino ministrado atendia mais aos interesses das classes dominantes, em detrimento da sociedade que se formava.

Com a chegada dos portugueses ao território brasileiro, a população autóctone começou a sofrer forte influência nas relações sociais principalmente no que diz respeito ao modo de vida e à educação, que eram completamente diferentes do que se via no outro lado do Atlântico. Até porque a única forma de organização que existia era a indígena, com sua Língua e culturas próprias.

Em relação à funcionalidade da educação implantada pelos padres jesuítas no Brasil, temos a desconexão que existia entre o ensino e sua prática. A educação era arcaica, uma pedagogia autoritária, monopolista no ensino, forjada pela Companhia de Jesus.

Segundo Rodrigues (1983) esta situação levou a Coroa a buscar meios de impor a Língua Portuguesa nos seus domínios americanos. Além dos idiomas indígenas, nesta época também vigoravam línguas africanas, amplamente usadas pelos escravos e descendentes. Apesar de não terem sido tão intensamente utilizadas como as línguas gerais indígenas, as línguas africanas também significavam empecilhos ao projeto de exclusividade do Língua Portuguesa.

Domingues (2002), afirma que a perspectiva de impor aos índios o uso da Língua Portuguesa, no entanto, tinha um objetivo bem claro: buscava transformá-los em vassalos iguais aos demais colonos. Isto se fazia necessário num momento em que foram intensificados os conflitos territoriais entre Portugal e Espanha, acarretando a

necessidade de o Rei de Portugal possuir um contingente populacional suficiente para habitar as suas fronteiras, garantindo assim a permanência dos seus domínios.

Ainda que a mão de obra para o ensino continuasse a ser aquela formada pelos jesuítas, nasceu o que, de certo modo, podemos chamar de ensino público, ou seja, um ensino mantido pelo Estado e voltado para a cidadania enquanto nação, que se articulava ao Estado, e não mais um ensino atrelado a uma ordem religiosa que, de fato como denunciou Pombal estava tendo preponderância sobre o Estado.

Segundo Silva (s/d), em 1959, o ensino da Língua Portuguesa, com a reforma Pombalina, tornou-se obrigatório, em Portugal e no Brasil. Tal ensino continuou mantendo o estudo da gramática. Quando o colégio Pedro II foi criado no Rio de Janeiro em 1837, o ensino de Língua Portuguesa passou a ser incluído nas disciplinas de Retórica e Poética. Estas passaram a ser incorporadas em uma única disciplina denominada Língua Portuguesa. O cargo de “Professor de Língua Portuguesa” foi criado em 1871, podendo, então, ser um referencial didático quanto ao ensino oficial de nossa Língua materna.

Questões como essa passam pelo histórico do reconhecimento da disciplina através dos tempos. Fazendo uma pequena retrospectiva, veremos que o ensino de Língua Portuguesa – LP – no início da colonização do Brasil "restringia-se à alfabetização" e, quando muito, servia para "o estudo da gramática da Língua Latina, da retórica e da poética" conforme aponta Soares (1998).

Segundo Marcushi (2000), no entanto, a história do ensino de LP no Brasil acabou por deixar uma herança fundada na gramática tradicional, pois as práticas escolares com a língua previam apenas atividades gramaticais que imitassem a escrita dos considerados intelectuais: escritores e filósofos. Isso ocorre mais precisamente depois da chamada Reforma Pombalina.

De acordo com Silva (s/d), a Língua Portuguesa, disciplina integrante nos currículos das escolas no Brasil demorou muito a ser integrada. Somente nas últimas décadas do século XIX foi que a mesma passou a ser incorporada ao ensino nas escolas. E no início dos anos 30 do século XX foi iniciado o processo de formação do professor para esta disciplina.

2.2 De Vargas à democratização do ensino

A investigação histórica da década de trinta, conforme Ghiraldelli (1991), demonstra que o Brasil continuou se industrializando e, portanto, se urbanizando. Por outro lado, apresentava certas dificuldades econômicas devido ao crescimento populacional. Getúlio Vargas, não estava desatento a tal situação e como chefe do “Governo Provisório”, veio a público em 3 de novembro de 1930 com um plano de dezessete pontos para a “reconstrução nacional” que falava sobre a educação.

Portanto, segundo o documento de 1932, a nova filosofia da educação deveria adaptar a escola à modernidade e, para tal, deveria aplicar sobre os problemas educacionais toda ordem de métodos científicos. Podemos dizer que tal item do programa da Revolução de 1930 foi de fato cumprido, ainda que as necessidades crescentes do país pedissem mais do que tais medidas poderiam fazer. Vargas criou como estava no programa revolucionário, o Ministério da Educação e Saúde Pública durante 1930 e 1937, como afirma Azevedo (1984).

É importante ressaltar que se deu início a “difusão intensiva do ensino público”, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados.

Outro momento fundamental foi quando Getúlio Vargas designou uma comissão para a elaboração do anteprojeto de Constituição, a ser apresentado pelo “Governo Provisório” à Assembléia Nacional Constituinte, que deveria ser eleita em 3 de maio de 1933.

O nacionalismo getuliano, que prometia o desenvolvimento industrial no Brasil associado ao “bem-estar social”, defendia a tese de que o Estado deveria responsabilizar-se em maior grau diante da necessidade de distribuição de educação para as “classes populares”. E, de fato, como afirma Ghiraldelli (1990, p. 130):

o próprio Getúlio, em 1940, havia afirmado que a ascensão das massas aos bens da civilização material deve ser acompanhada de uma elevação correspondente de seu nível de educação, pois disso dependem o equilíbrio e a harmonia de sua integração social.

Entre o declínio do movimento da escola nova, a partir dos anos 30, e reforma dos anos 60, inúmeras outras reformas educacionais foram feitas; a última delas culminou na primeira lei de diretrizes e bases da educação brasileira (LDB 4024/61).

Essa lei possibilitou que se retomassem os debates e a busca de argumentos que defendessem a necessidade da democratização da educação básica. Essa regulamentação descaracterizou seus princípios democráticos e promoveu diretrizes pertinentes às novas características do poder instituído.

Apesar disso, os apelos para a democratização do processo de escolarização, mesmo que por diferentes caminhos, continua permeando a educação básica em nosso país. Essa democracia prega e defende igualdade radical nas interações raciais/étnicas. É por essa ótica que, num contexto verdadeiramente democrático, se deve interpretar a escolarização democratizada.

Assim, segundo França (2008), de 1889 aos dias atuais, a educação ainda está se moldando: momentos oscilantes marcaram e ainda marcam a educação no País. Os governos há poucas épocas, finalmente perceberam que a educação é ferramenta imprescindível para a formação de uma sociedade justa e capaz de responder às mudanças que ocorrem no mundo contemporâneo.

3 Concepções de linguagem e o ensino de línguas

Para Pereira (2006), durante alguns anos, as diversas concepções a respeito do conceito de língua/linguagem se apresentam no centro de diversas análises, transformando-se assim, em objeto de pesquisa. Por exemplo, a relação entre língua e cultura até hoje se configura num tema polêmico de discussão, visto que, alguns linguistas, ora concebem a língua como causa ora como efeito da cultura. Tal embate nos instiga e estimula a certa aproximação das diversas concepções de língua e, sobretudo, das diversas influências que essas concepções têm exercido no ensino da língua materna na escola.

Schaff (1974) considera o fato de que a linguagem age sobre o comportamento do homem e, conseqüentemente, no desenvolvimento da cultura, pois leva em conta que esta é produto do pensar e fazer do homem e que a linguagem influencia no produto do pensamento através da educação social. A linguagem não é só um dos elementos, mas, também, um dos co-criadores da cultura.

Chomsky (1973) considera a Língua (gem) como um conjunto de sentença, construída a partir de um conjunto finito de elementos. Para Saussure (1970), língua é o

conjunto de todas as regras (fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas) que determinam as relações sintáticas necessárias para a produção dos significados. Assim, a língua é um sistema abstrato e a fala é a realização concreta da língua, sendo circunstanciada e variada.

Já a linguagem é um sistema mais complexo que envolve tanto o verbal quanto o não verbal. A língua é parte essencial da linguagem e, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem. Um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social.

O processo de ensino/aprendizagem de língua materna, no nosso caso a Língua Portuguesa, tem sido nas últimas décadas uma questão bastante discutida pelos educadores, que tratam dos seus objetivos, das diversas possibilidades de conduta que o professor pode seguir em sala de aula – com base em distintas concepções de linguagem.

Silva [s.d.] afirma que apesar de notarmos que cada concepção de linguagem surgiu em um determinado momento histórico, para suprir às necessidades de cada época, hoje, no contexto histórico, político-social em que vivemos no início do século XXI, ainda temos professores que a concebem enquanto expressão do pensamento ou como instrumento de comunicação.

3.1 A linguagem como expressão de pensamento

De acordo com Perfeito [s.d.], a concepção de linguagem como expressão de pensamento é um princípio sustentado pela tradição gramatical grega, passando pelos latinos, pela Idade Média e pela Moderna, teoricamente só rompida no início do século XX, de forma efetiva, por Saussure (1969). Este autor preconiza que a expressão é produzida no interior da mente dos indivíduos. E da capacidade de o homem organizar a lógica do pensamento dependerá a exteriorização do mesmo (do pensamento), por meio de linguagem articulada e organizada. Assim, a linguagem é considerada a “tradução” do pensamento.

A concepção que fundamenta os estudos tradicionais de língua parte da hipótese de que a natureza da linguagem é racional, por entender os homens pensarem conforme regras universais.

Para Wojciechowski [s.d.] o primeiro objetivo que pode ser almejado com o ensino de Língua Portuguesa é desenvolver a competência comunicativa dos usuários da língua. Esses usuários são os que interpretam a língua: ouvintes e leitores, e os que produzem a língua: falantes e escritores. Competência comunicativa é saber adequar a língua às diferentes situações de comunicação. Tal competência implica outras duas: a gramatical, também chamada de linguística, e a textual.

Percebemos que caso o professor persiga os dois primeiros objetivos que citamos, é possível trabalhar de forma a integrá-los, porém, o professor que almejar somente o primeiro objetivo pode pecar por não deter-se no ensino da variante padrão, prática politicamente inaceitável.

Segundo Silva [s.d.] por séculos acreditava-se que ensinar Língua Portuguesa era simplesmente fazer com que os alunos decorassem uma listagem de regras da Gramática Normativa. As classes gramaticais e as regras ortográficas, por exemplo, eram expostas ao estudante de forma desvinculada da realidade cotidiana do uso da língua. Tinha-se a linguagem como expressão do pensamento.

Para essa concepção, a enunciação é um ato monológico, pois a expressão se constrói no interior da mente, portanto, o modo como o texto se constitui não depende em nada do contexto em que se insere. A língua é concebida como um simples sistema de normas, acabado, fechado, abstrato e sem interferência social.

De acordo com Perfeito [s.d.], no contexto histórico do governo militar no Brasil, o ensino de Língua Portuguesa deixou de ser concebido como expressão do pensamento, e passou então a ser regido pela teoria da comunicação, é quando a linguagem começa a ser percebida como instrumento de comunicação.

A concepção de linguagem enquanto processo de interação humana concebe a língua como um processo de interação em um dado contexto sócio-histórico e ideológico, em que o indivíduo realiza ações por meio da linguagem, agindo e atuando sobre o interlocutor. Sendo a linguagem uma atividade constitutiva, uma forma de compreensão dos sentidos, das relações e do mundo, atividade que se faz pela interação comunicativa mediada pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores.

3.2 A linguagem como instrumento de comunicação

A linguagem verbal é uma habilidade inata no ser humano, o que nos define como espécie, está na base da construção do grupo humano, é a ferramenta com que executamos a interação com nossos semelhantes; é, também, a capacidade com que nos construímos como indivíduos, o instrumento que organiza nossos pensamentos. Saussure (1969), atribui à organização interna da língua (a *Langue*) o nome de *estrutura*.

Devido a empréstimos da teoria da Comunicação/Informação, a dicotomia saussureana acaba sendo analisada, depois, em termos de código-mensagem, com simplificação excessiva da comunicação linguística à função informativa.

A função essencialmente informativa da linguagem, nos estudos estruturalista, é revista por Jakobson (1973), ao ampliar o modelo de Karl Bühler, o qual reconhece três funções básicas de linguagem, de acordo com a incidência no *emissor* (função expressiva/ emotiva); no *receptor* (função apelativa/conativa) ou no *referente/contexto* (função referencial/informativa).

A linguagem é caracterizada enquanto instrumento de comunicação, ou seja, a língua é vista como um código ou conjunto de signos que se combinam e são capazes de transmitir uma mensagem. Nesse processo, a linguagem é concebida como um fato externo à consciência individual e independente dela. Para essa concepção, o falante tem em sua mente uma mensagem a transmitir a um ouvinte, isto é, informações que deseja levar ao outro.

“Para isso, ele a coloca em código (codificação) e a remete para o outro através de um canal (ondas sonoras ou luminosas). O outro recebe os sinais codificados e os transforma de novo em mensagem. É a própria decodificação.” (TRAVAGLIA, 1997, p. 23)

Na linguagem como instrumento de comunicação, a língua é vista, ahistoricamente, como um código, capaz de transmitir uma mensagem de um emissor a um receptor, isolada de sua utilização.

Jakobson (op. cit.) considera outros fatores intervenientes (funções constitutivas) no ato de comunicação verbal: *a mensagem*, *o canal* e *o código*, classificando as funções, de acordo com o fator que se destaca no ato de comunicação.

3.3 A linguagem como forma de interação

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2005, p. 20) “conceber a linguagem como forma de interação significa entendê-la como um trabalho coletivo, portanto em sua natureza sócio-histórica [...] que se realiza nas práticas sociais existentes, nos distintos momentos da história.”

A linguagem, nesse contexto, é o local das relações sociais em que falantes atuam como sujeitos. O diálogo, assim, de forma ampla, é tomado como caracterizador da linguagem. Para Lyons (1979), a língua é a instituição pela qual os humanos se comunicam e interagem uns com os outros por meio de símbolos arbitrários oral auditivos habitualmente utilizados.

É importante mencionar ainda que existem variações no contexto sociocultural em que os indivíduos vivem. A variação entre contextos é marcada pelos diferentes modelos de uso da linguagem que o meio social oferece. Estes modelos são apresentados segundo os modos de vida e os tipos de interações típicas do meio social dos indivíduos.

Borges e Salomão (2003, p. 334), “por fim, todos esses aspectos são enfatizados pela teoria da interação social, que busca romper o dualismo natureza versus ambiente que prevaleceu por tanto tempo nas explicações sobre a aquisição da linguagem.”

Os pressupostos dessa teoria contribuem para uma análise do conhecimento acerca do contexto sociocultural em que o indivíduo está inserido, permitindo uma articulação deste com as características individuais do adulto e da criança, orientado por um modelo bidirecional, através do qual se evidenciam a reciprocidade e a adaptação mútua entre o adulto e a criança.

Assim, nessa terceira perspectiva, a linguagem é concebida como forma ou processo de interação, em que o indivíduo não somente traduz e exterioriza o pensamento, mas realiza ações e interage com o interlocutor.

4 O ensino de Língua Portuguesa no Ensino Superior

Nos últimos anos, no Brasil, alguns pesquisadores vêm demonstrando uma maior preocupação em relação à leitura e à escrita dos alunos que ingressam na

universidade. No entanto, as discussões sobre como a escrita do estudante é compreendida na esfera acadêmica são poucas e, de modo geral, restritas a um pequeno grupo de pesquisadores.

As recentes pesquisas apontam que os estudantes calouros apresentam serias dificuldades em produzir gêneros tipicamente da esfera acadêmica, sendo que essas dificuldades são mais acentuadas em alunos atendidos pelas instituições privadas – geralmente, oriundos de camadas sociais menos favorecidas e que há até pouco tempo não tinham acesso ao ensino de nível superior. É preciso, desta maneira, considerar as capacidades de leitura e escrita já desenvolvidas nas séries anteriores, no sentido de saber qual é a condição letrada do estudante.

Ramires (2007) assevera que ver a comunidade acadêmica como “monolítica” e “imutável” colabora para formar reprodutores de discursos legitimados na academia e dificulta o avanço para solucionar problemas sérios, como a formação de cidadãos preparados para atuarem de forma efetiva na sociedade contemporânea.

Segundo Oliveira (2007) o modelo da socialização acadêmica parte do princípio de que o professor é responsável por introduzir os alunos na cultura universitária, com o intuito de que eles assimilem as práticas de escrita valorizadas nas disciplinas e áreas temáticas da universidade. Esse modelo parte da concepção de que os gêneros discursivos acadêmicos são relativamente homogêneos e, sendo assim, uma vez que o aluno aprende as convenções que regulam esses gêneros, estará habilitado a se engajar nas práticas letradas que permeiam essa instância.

Neste contexto, surge a figura do profissional da área de Letras que atua nos primeiros semestres da graduação em vários cursos, distintos de sua área de conhecimento. Sua presença nestes cursos se destaca como “salvador da pátria” para fazer com que os alunos possam fazer uso da linguagem utilizando para isso uma variante formal. Encontram-se, então, os dois polos deste trabalho: o aluno com dificuldade para leitura e escrita, decorrente de sua formação fragilizada; e o professor de Língua Portuguesa que deverá resgatar este conhecimento.

É fato que a Língua Portuguesa apresenta um considerável grau de complexidade, porém é importante lembrar que quem dá vida à língua são seus próprios falantes e que, uma vez adquirida a experiência linguística oral, todo e qualquer indivíduo é capaz de aprender sua estrutura gramatical.

Imprescindível também é lembrar que não bastam alguns poucos estudiosos realizarem pesquisas, criarem novas teorias de ensino e publicarem seus conhecimentos, se os profissionais da educação – neste caso, os professores de Língua Portuguesa – não estiverem dispostos a reverem sua prática em sala de aula.

Com isso, podemos inferir que é o comprometimento e a responsabilidade dos nossos educadores que farão com que o ensino da língua materna tome nova direção e torne-se mais adequado às expectativas e necessidades de seus aprendizes. Os professores às vezes são mal preparados ou formados numa escola tradicionalista e não estão preparados para os desafios que são os projetos e experiências lançadas pelo governo.

Cardoso (2007), diz que na instituição de ensino superior, encontram-se turmas completamente heterogêneas e sabendo que os textos mais comuns solicitados na graduação são os resumos, as resenhas, os fichamentos e os artigos científicos, o que para esses textos, a leitura antecede qualquer outra tarefa, onde sua compreensão integral é instrumento necessário para que o trabalho de produção textual seja bem realizado.

Há de se destacar as ideias de Motta (2010) que diz que o conhecimento de toda humanidade encontra-se arquivado sob a forma de linguagem e que para desvendá-lo é preciso ser leitor proficiente. No entanto, esta tarefa não cabe apenas ao professor de Língua Portuguesa, já que em outras áreas de conhecimento também se trabalha com textos.

Por essa razão, os professores de outras áreas são igualmente responsáveis por uma leitura proficiente e uma produção textual significativa, porém atribuem esta habilidade apenas ao Profissional de Letras, como se fosse sua “culpa” os acadêmicos não saberem ler e escrever adequadamente na graduação.

5 A pesquisa

5.1 Lócus e informantes

Esta pesquisa foi realizada em dois momentos: de início através de pesquisa bibliográfica pertinente ao tema, com estudo em livros relacionados ao assunto, artigos, jornais, revistas e outros materiais necessários para a coleta de dados.

E num segundo momento através de pesquisa empírica, a qual consistiu num trabalho de observação e aplicação de questionário juntos aos sujeitos com o objetivo de identificar o gosto pela leitura e o conhecimento destes referentes à importância da disciplina de Língua Portuguesa. Esta coleta foi realizada numa instituição de ensino superior com os acadêmicos dos cursos de Letras e Matemática, do período noturno.

Após a coleta de dados, realizou-se uma análise qualitativa de acordo com as observações, e os dados obtidos a partir do questionário aplicado. Esta pesquisa teve como parceiros: direção, professores e acadêmicos da instituição que foi o *lócus* de estudo.

5.2 Resultados e discussão

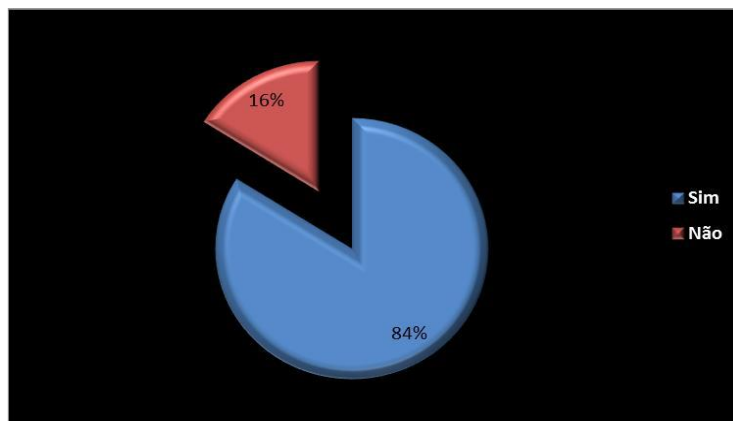
Foram aplicados questionários num universo de 50 acadêmicos dos cursos de Letras e Matemática, do período noturno, sendo que 66% do sexo feminino e 34% do sexo masculino.

Atualmente uma das exigências da sociedade é a formação de sujeitos críticos, que construam seus próprios valores. Assim, é fundamental que despertem o gosto pela leitura, que saibam atribuir sentido e refletir sobre aquilo que leem.

Diante dessa temática, os acadêmicos do ensino superior do *lócus* do estudo, apresentaram a seguinte distribuição sobre o gosto pela leitura, como aponta o Gráfico 1 abaixo, que ilustra que 84% dos alunos afirmam gostar de ler e apenas 16% revelam que não se interessam por leitura.

Na sociedade atual a leitura, expressa uma condição para dar voz ao cidadão, mais é preciso aperfeiçoá-la para tornar-se sujeito no ato de ler, assim como a leitura emocional da poesia contribui para que o homem possa aprender a ler o mundo e dar sentido a ele, como preconiza Paulo Freire (2003, p. 1), “A leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo.”

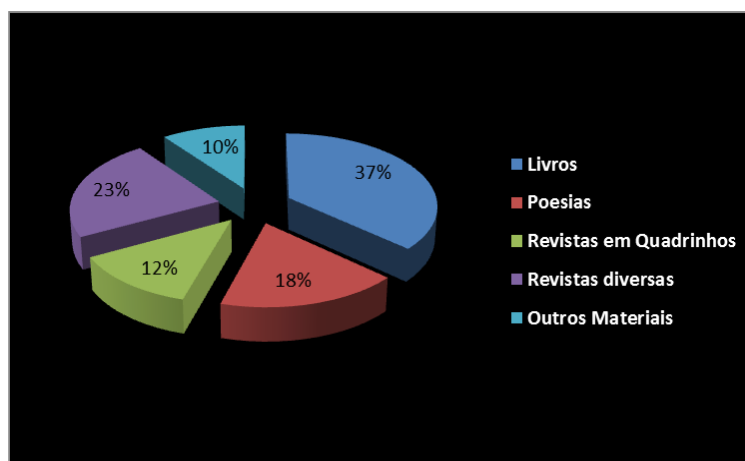
Gráfico 1. O gosto pela leitura



Fonte: Questionário da pesquisa.

É necessário que o acadêmico tenha acesso a diversos tipos de leituras, uma vez que desenvolve várias competências referentes à escrita e a leitura. O gráfico abaixo ilustra estas preferências:

Gráfico 2. Os tipos de leitura

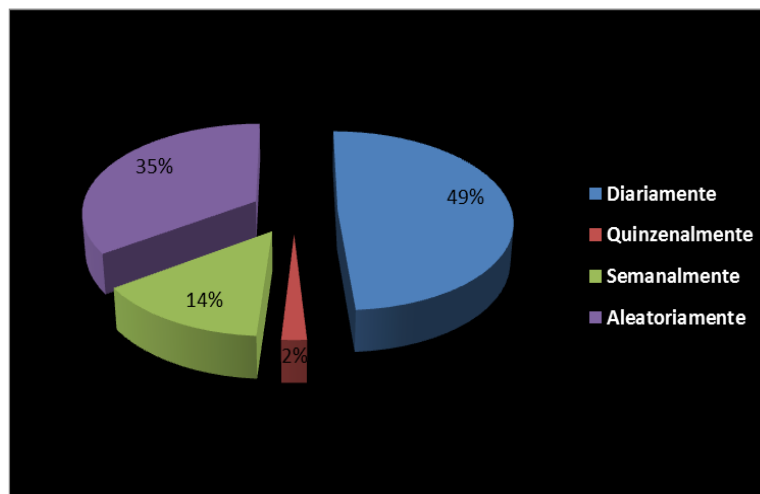


Fonte: Questionário da pesquisa.

Pode-se verificar no Gráfico 2 que os alunos apresentam preferências por diversos tipos de leituras, principalmente as que envolvem o lúdico, o colorido e a imaginação. Quando solicitado aos informantes da pesquisa sobre o tipo de leitura que apreciam, observa-se que 37% optam por livros (gênero prosa), seguidos de 18% que escolheram a poesia como a leitura predileta, 12% apresentam preferência por revistas de quadrinhos, 23% alegaram que leem revistas diversas e 10% outros. Ou seja, a leitura é essencial em todos os momentos, e é fundamental que a instituição de ensino superior

desperte nos acadêmicos este interesse, uma vez que ao longo de suas vidas terão como base para seu desenvolvimento pessoal.

Gráfico 3. A frequência com que lê



Fonte: Questionário da pesquisa.

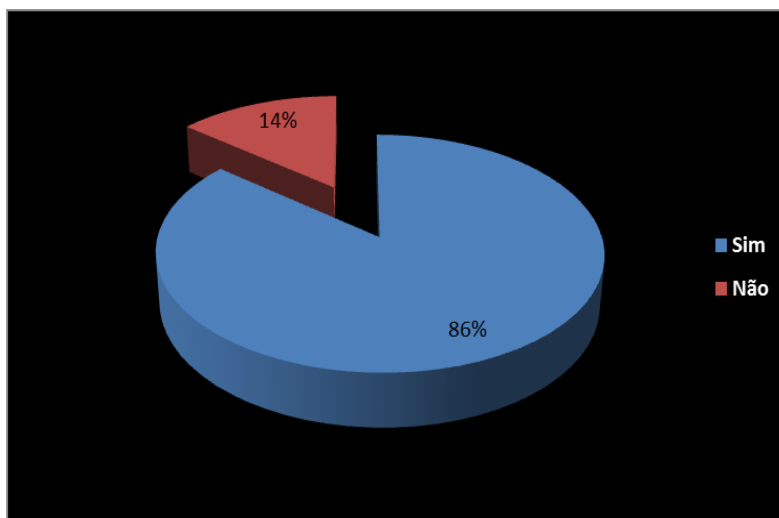
Quando perguntado aos informantes sobre a frequência que estes leem, pode-se considerar que 49% responderam que leem diariamente, já 14% opinaram por semanalmente, em contra partida 2% escolheram quinzenalmente e 35% acreditam que leem aleatoriamente, segundo o Gráfico 3.

É importante que o acadêmico saiba que a leitura não é uma atividade obrigatória, mas sim prazerosa que deve ser praticada todos os dias. Diante da análise dos gráficos, tem-se o indício de que os alunos não têm noção do que é realmente o ato de leitura. Eles praticam a leitura todos os dias na escola, mas muitos não possuem esta percepção que leem em todas as disciplinas, nos livros didáticos, no mural da escola, nas propagandas.

Outro fator fundamental para um bom desempenho escolar do acadêmico é a produção de texto. Consciente da força da linguagem, o trabalho com a disciplina de Língua Portuguesa, possibilita a fruição da imaginação, o que facilita no desenvolvimento da escrita.

Com base nestas informações, é possível perceber que 86% dos acadêmicos apresentam dificuldades na produção textual, e que apenas 14% confessam que não apresentam dificuldades, como indica o Gráfico 4.

Gráfico 4. As dificuldades na produção textual



Fonte: Questionário da pesquisa.

De acordo com Mota (2010), estes alunos com dificuldades na escrita entram para o ensino superior e logo no início não são capazes de expor seus conhecimentos acadêmicos de forma clara. Eles chegaram à faculdade, mas não sabem escrever.

Nota-se que a maioria dos jovens egressos do ensino médio sai da escola sem saber ler, interpretar, ter opinião crítica e, conseqüentemente, sem produzir bons textos. Assim sendo, elaborar um texto de forma articulada, crítica e em linguagem culta não é tarefa fácil para o aluno, mesmo sendo um estudante universitário. Isso tudo contraria o procedimento essencial nos Cursos de Graduação, já que as habilidades de leitura e de escrita são indispensáveis enquanto alunos e como futuros profissionais.

Outro questionamento foi referente à importância da disciplina de Língua Portuguesa nos cursos de licenciatura. Uma das acadêmicas fez o seguinte comentário: “É uma disciplina que abrange todas as demais matérias, além de ser importante pelo fato de aprendermos a falar e escrever corretamente, e se comunicar em sociedade”.

Fica, contudo, evidente de que é possível oferecer aos acadêmicos com defasagem na prática de leitura e produção textual estratégias e informações que orientem este processo de aprendizagem de modo eficaz, ajudando-os para que a graduação seja não só um espaço para profissionalização, mas um momento de encontro consigo mesmo, como sujeito de seu ato de estudar.

Já outra acadêmica fez o seguinte relato: “É a base para todos os acadêmicos, para toda área de ensino. Ela deve fazer parte de toda trajetória do profissional”.

É imprescindível salientar que a Língua Portuguesa faz parte da vida prática e dentre as várias habilidades exigidas do profissional, a de se expressar nas linguagens oral e escrita tornou-se uma das mais prementes no mundo do trabalho.

E ainda: “É importante porque é a Língua que falamos, mas que infelizmente não a dominamos ou não entendemos corretamente o seu uso, as suas regras”.

Faz-se necessário, além do domínio do conteúdo, um constante aprimoramento por meio de técnicas que consigam “seduzir” o acadêmico que, posteriormente à sua graduação, será multiplicador desse conhecimento. Dessa forma, é essencial a conscientização de que o sucesso profissional depende tanto de saber escrever Língua Portuguesa com clareza, quanto dos outros conhecimentos técnicos.

6. Considerações finais

O estudo mostra que a Língua Portuguesa, quase sempre é encarada como objeto de estudo específico de uma disciplina curricular e não como instrumento básico para aprendizagem das demais disciplinas. A língua constitui-se em uma atividade essencialmente social. O fato de a língua ser condicionada e modelada pela realidade social e cultural faz dela também um instrumento político que representa reflexos significativos no processo de aprendizagem de alunos.

Lamentavelmente, no que tange ao ensino de Língua Portuguesa, ainda hoje, apesar do avanço das pesquisas linguísticas, é frequente o ensino prescritivo, centrado na gramática normativa, o que se verifica a defasagem de aprendizagem dos alunos, em especial no que diz respeito ao aprendizado da leitura e da escrita

E diante das dificuldades apresentadas, essencialmente no ensino superior, veio a motivação para estudar as causas dessa dificuldade e propor como alternativa, ênfase no ensino da disciplina de Língua Portuguesa.

A princípio, foi analisado o interesse pela leitura e os tipos de textos que apreciam. Pode-se constatar que os acadêmicos demonstram entusiasmo pela leitura, tendo como destaque os livros, o que demonstra o quanto é importante reforçar o gosto pela leitura, como uma alternativa que auxilie no desenvolvimento da mesma, além da escrita.

Com a análise da pesquisa, constata-se que apesar de apreciarem a leitura, os discentes não são motivados a produzir textos, o que demonstra que a utilização desta habilidade necessita ser reavaliado na prática pedagógica, além da utilização de instrumentos de apoio e aprimoramento.

Salienta-se também a questão da produção de textos, uma temática preocupante que afeta o processo da aquisição da escrita, onde o acadêmico sente dificuldades em colocar no papel aquilo que ele aspira, o que expressa a necessidade de instigar o seu imaginário.

O empenho do professor e o comprometimento do acadêmico são de suma importância para se atingir esses objetivos, pois é preciso mais do que conhecimento. A capacitação contínua é um dos recursos mais eficazes e eficientes para que o professor esteja apto ao desempenho da sua função e a leitura é o melhor caminho para o estudante ampliar sua visão de mundo.

Em sala de aula, inclusive no ensino superior, deve-se demonstrar que a busca pelo gramaticalmente correto, o cuidado no trato da Língua materna e o empenho por adquirir um linguajar aprimorado deve ser foco do professor e do acadêmico. Dessa forma, elevar-se-á a qualidade da aprendizagem e do ensino, numa perspectiva de crescimento e refinamento no manejo da Língua Portuguesa.

The importance of the portuguese language course in higher education

Abstract

In this article, education implementation to be discussed in Brazil, especially the discipline of Portuguese Language, since 1549, with the arrival of the first educators, the Jesuits, to the present day. It is intended to address primarily the times when higher education is manifested in the thinking heads of the country and the intricacies traveled throughout its history. The advances and retreats of Brazilian education was always the result of policies and interests of the ruling classes. The society in this context arises only as a recipient of a forged teaching to meet the wishes of the ruling classes. Nevertheless, higher education, with all the shortcomings, still performs as a stimulus for the development of the state. The language excellence for communication tool, it is a way of being and a way of being, which is relevant role in the political and economic dimension of a people. Exceeded the time of colonial rule, is a fundamental guarantee of identity. Hence the fact that addressed theories about the importance of this discipline in higher education, as well as essential teaching performance with "letters", as it realizes the admission of several scholars with language limitations.

Keywords: Portuguese. Higher education. Teaching and learning.

La importancia del curso de lengua portuguesa en educación superior

Resumen

En este artículo, la implementación de educación que se discutirá en Brasil, sobre todo la disciplina de la Lengua Portuguesa, desde 1549, con la llegada de los primeros educadores, los jesuitas, hasta nuestros días. Se pretende abordar principalmente los tiempos en que la educación superior se manifiesta en las cabezas pensantes del país y de las complejidades viajó por toda su historia. Los avances y retrocesos de la educación brasileña siempre fue el resultado de las políticas y los intereses de las clases dominantes. La sociedad en este contexto surge sólo como receptor de una enseñanza forjado para satisfacer los deseos de las clases dominantes. Sin embargo, la educación superior, con todos los defectos, todavía se realiza como un estímulo para el desarrollo del estado. La excelencia idioma para herramienta de comunicación, es una forma de ser y una forma de ser, que es papel relevante en la dimensión política y económica de un pueblo. Superado el tiempo de la dominación colonial, es una garantía fundamental de la identidad. De ahí el hecho de que se dirigió a las teorías sobre la importancia de esta disciplina en la educación superior, así como el rendimiento enseñanza esencial con "letras", ya que se da cuenta de la admisión de varios estudiosos con limitaciones lingüísticas.

Palabras-clave: En portugués. Educación superior. Enseñanza y aprendizaje.

Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- AZEVEDO, F. e outros. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. maio/ago. 1984.
- BORGES, Lucivanda Cavalcante; SALOMÃO, Nádya Maria Ribeiro. **Aquisição da Linguagem: Considerações da Perspectiva da Interação Social**. Paraíba. 2003.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa: terceiro e quarto ciclos**. Brasília: MEC/SEF, 2005.
- BURKE, Peter. **“Língua e identidade no início da Itália moderna”, in A arte da conversação**. São Paulo, UNESP, 1995, p. 94.
- CARDOSO, Rosimeiri Darc. **LEITURA E ESCRITA NA GRADUAÇÃO – O TEXTO CIENTÍFICO**. (FAP/FUNPESQ). 2007.
- CHOMSKY, N. **Linguagem e pensamento**. Petrópolis, RJ: Vozes.1973.
- CUNHA, M. V. **O que você precisa saber sobre John Dewey e a utopia democrática**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.
- DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos**. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 212.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **Artigo publicado na revista IBEP, O ensino de Língua Portuguesa**. São Paulo. julho de 2001.
- FRANÇA, Sebastião Fontineli. **Uma visão geral sobre a educação brasileira**. Brasília.2008.

- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 29.ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GERALDI, J. (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.
- GHIRALDELLI, Paulo Jr. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. 6a ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
- KLEIMAN, A. **Oficina de Leitura: teoria e prática**. Campinas. Pontes. Ed. Unicamp.1999.
- LOPEZ, Edward. **Fundamentos de linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- LOVATO, Cristina dos Santos. **Gêneros Textuais e Ensino: Uma Leitura dos PCNS de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental**. Santa Maria. [s.d.].
- LYONS, J. **Introdução a linguística teórica**. Trad. Rosa Virgínia Matos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional EDUSP, 1979.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **O papel da linguística no ensino de Línguas**. Recife: UFPE, (in mimeo). 2000.
- MOTTA, Íride Luiza de Oliveira Murari. **Dificuldades na escrita dos alunos de ensino superior: uma análise das narrativas escritas dos alunos da Faculdade Eduvale**. Revista Científica Eletrônica. Ano III, Número 05, outubro de 2010 - Periodicidade Semestral- – ISSN 1806-6283.
- NETO, Carlos de Araújo Moreira. **Índios da Amazônia. De Maioria a Minoria**. (1750- 1850) Petrópolis: Vozes. 1988. 348 p.
- OLIVEIRA, Leni Nobre de. **Leitura e produção de textos na graduação: um espaço inter e transdisciplinar**. *Anais do 16º COLE – Congresso de Leitura do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2007. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais16/index.htm>
- PAIVA, José Maria. **Educação jesuíta no Brasil Colonial**. In In: LOPES, Eliane M. Teixeira. 2002.
- PEREIRA,R.S. **A Disciplina Língua Portuguesa nos Trilhos da Lei, na Prática dos Livros Didáticos e na Memória de Alunos e Professores em Campo Grande. (1960-1980)**. (Trabalho apresentado no VI Congresso Luso Brasileiro de Historia da Educação. Eixo 6 - Cultura, Modelos Pedagógicos e Práticas Educativas. Uberlândia, MG. Abril/2006).
- PERFEITO, Alba Maria. **Concepções de linguagem e análise linguística: diagnóstico para propostas de intervenção**. Paraná. [s.d.].
- RAMIRES, V. **Gêneros Textuais e relações de poder na comunidade acadêmica**. Disponível em: <http://www.revistaveredas.ufjf.br/volumes/20/artigo05.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2009.
- RODRIGUES, José Honório. **A vitória da Língua Portuguesa no Brasil colonial**, *Humanidades*. vol. 1, n. 4. Brasília, 1983, p. 29 e segs.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. Trad. de A. Chelini; J.P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969. 32

SCHAFF, Adam. Linguagem, conhecimento e cultura. In: **Linguagem e conhecimento**. Tradução de Manoel Reis. Coimbra: Almedina, 1974.

SILVA, Ione Batista da. **REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA GRAMÁTICA**. Barcelona-RN. [s.d.].

TEYSSIER, Paul. **La langue de Gil Vicente**. Paris: Klincksieck, 1959.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de Gramática**. no 1º e 2º graus. 8. ed. São Paulo : Cortez, 2002.

VILLALTA, Luiz Carlos. **O que se fala e o que se lê: Língua, instrução e leitura**, in **Laura de Mello e Souza, História da vida privada no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 334.

WOJCIECHOWSKI, Thaís. **Ensino de Língua Portuguesa: objetivos e concepções de linguagem guiando a prática docente**. Mato-Grosso. [s.d.].

Recebido junho 2015.

Aprovado setembro 2015.